

O Chamado da Pesquisa Crítica

Rômulo Carvalho Cristaldo
romulocris@gmail.com

Paulo Éverton Mota Simões
paulo.simoies@arapiraca.ufal.br

1. Notas introdutórias

Ao escolher o filme do final de semana, ou ponderar sobre o próximo seriado no canal de *streaming*, geralmente se busca na internet a resenha de um dos muitos *críticos* da arte que se passa nas telas. *Críticos* de teatro alertam sobre os tropeços e as alegrias de um novo espetáculo. *Críticos* de música divulgam seu escrutínio do mais recente álbum da artista da moda. Até mesmo aquele amigo inquieto, insatisfeito, sempre *crítico*, nos chama a atenção com suas colocações ora espirituosas, ora inconsequentes. A crítica parece estar em todo lugar.

Essa palavra, *crítica*, faz parte da educação formal desde os anos iniciais. Na escola, espera-se que os estudantes desenvolvam um assim chamado *pensamento crítico*; em muitos casos, ao mesmo tempo em que não questionem autoridades, regras e padrões de comportamento considerados oportunos pela instituição. A Universidade, por sua vez, abriga desde obras cujos títulos a carregam em si — *Crítica da Razão Pura* (KANT, 2001), *Crítica da Economia Política* (MARX, 2013) —, até professores que se conhecem por, ou se autointitulam como, “críticos”.

Na seara da investigação científica não poderia ser diferente. Convencionou-se separar a pesquisa crítica daquela, por assim dizer, não crítica. Como se alguns procedimentos, métodos, formas de pensar ou temas se permitissem a tranquila calma da aceitação passiva do mundo como ele é, enquanto outros se ocupassem de manifestar sua discordância. Como se os tais professores *críticos*, portanto, empregassem sistemas de pensamento propriamente críticos, métodos críticos de coleta e análise, assim como, talvez, um discurso crítico.

O que essas críticas têm em comum? E, mais importante, o que é uma pesquisa crítica?

Neste capítulo a proposta é apresentar uma interpretação, uma ideia sobre a pesquisa crítica, que certamente não encerrará a questão, mas, ao menos, se espera que aponte caminhos. Assim, primeiro discute-se do que se trata aqui



quando se usa a palavra *crítica* para, em seguida, abordar as dimensões, ou *camadas*, da crítica e seus instrumentos. Ao final, o qual não se pretende conclusivo, retoma-se a questão inicial, desta vez na forma de um chamado às letras (que poderia ser, afinal, *às armas!*) por uma pesquisa crítica, em nome do saber que liberta.

2. Crítica, então, do que se trata?

Em qualquer consulta a um dicionário, ou a uma ferramenta de procura na internet, chega-se à informação de que a palavra “crítica” deriva do radical grego arcaico *Krisis*, que significaria “julgamento”, “análise” ou “decisão”. Do mesmo radical, não por acaso, também procederia o termo “crise”, que remete a um momento decisivo, no qual uma ação ou escolha precisa ser cumprida. O recurso etimológico de certa forma lança um pouco de luz sobre o emprego comum da crítica como avaliação de uma obra artística ou como fonte de opinião.

Porém, no campo da produção sistemática de conhecimento, a noção de crítica assume um sentido, se não diverso, ao menos mais denso e profundo daquele do senso comum. Na medida em que as ciências sociais se desgarram da filosofia moral por volta do século XIX — primeiro a economia, mais adiante a sociologia e as demais —, se consolidam ao menos duas atitudes de saber. Uma tenta se debruçar de forma pretensamente desapassionada sobre os objetos, em busca de leis, teorias gerais e capacidade preditiva. Esta conhece-se por ciência positiva.

A outra, por sua vez, partia da constatação de que nos grupamentos humanos se encontram enraizados costumes, instituições, processos e outros “fatos sociais” responsáveis por dinâmicas de opressão. A partir desta constatação, pretender-se-ia julgar e analisar não apenas as sociedades, mas também os saberes mais comuns das pessoas e grupos acerca de si mesmos e do mundo que os cerca, a fim de denunciar as formas de opressão e as narrativas criadas para justificá-las. A esta atitude de ciência concede-se, portanto, o qualificador de *crítica*.

Com o passar dos anos, diferentes tipos de opressão foram identificados e expostos por estudiosos dos mais distintos campos de saber. Paralelamente, pensadores ficaram marcados se não pelo pioneirismo, com certeza pelo vulto de seu esforço de análise. Marx (2013) levantou a questão do caráter ideológico da economia política burguesa, bem como do capitalismo como um sistema de exploração do trabalho. Simone de Beauvoir (2009) demonstrou como a sociedade ocidental se alicerça em dinâmicas de opressão do homem sobre a mulher.

Frantz Fanon (2008) expôs como até mesmo a autoimagem das comunidades não-brancas são definidas pelo sistema de segregação racial do ocidente branco, como extensão de suas práticas coloniais e de suas dinâmicas de violência concreta, política e simbólica. Por sua vez, David Nibert (2017) reúne contribuições de vários autores sobre como a humanidade tem infligido severas provações contra espécies animais não-humanas, num processo milenar de exploração e submissão, entre muitos outros. Em comum, esses trabalhos guardam em si a atitude de duvidar das interpretações e saberes convencionais, do assim chamado *mainstream*, para identificar e denunciar práticas e processos subjacentes de opressão.

Uma outra convergência a ser mencionada está na utilização de novas formas de construção de conhecimento. A premissa aqui está na consciência de que, por meio dos procedimentos convencionais de pesquisa, o esforço científico seria conduzido de volta para as conclusões mais comuns à disposição. Assim, tais procedimentos reforçariam o saber já consagrado e o *status quo*, outrossim dando continuidade à estrutura social vigente e suas relações típicas e, portanto, reproduzindo as práticas de opressão.

Será considerada, portanto, uma *pesquisa crítica* a investigação que (i) divirja, ao mesmo tempo em que desafie, as formas convencionais de se fazer ciência (condição necessária), e (ii) denuncie ou exponha processos de opressão de qualquer natureza (condição suficiente). Nesse sentido, a pesquisa crítica assume dois objetivos, um direto e outro indireto, o de produzir conhecimento por meios novos e o de iniciar, ou ao menos proporcionar os instrumentos para a emancipação face a opressão em suas diversas formas.

3. As camadas e as armas da crítica

Podem ser identificadas ao menos seis grandes tradições de pensamento crítico, no âmbito da filosofia e da sociologia, que exercem grande influência na produção contemporânea de conhecimento. Cada qual parte de premissas epistemológicas e ontológicas próprias e, portanto, oferece diferentes maneiras de se enxergar criticamente os fenômenos ou processos analisados. São elas o idealismo crítico, o marxismo, a teoria crítica da Escola de Frankfurt, as abordagens pós-modernas, o realismo crítico, os estudos pós-coloniais e a interseccionalidade.

Idealismo Crítico

A partida do *idealismo crítico* kantiano foi uma reflexão sobre os limites e as potencialidades da própria razão. Kant (2001) formula a primeira de suas três críticas para defender que o limite da razão humana é o entendimento sobre os fenômenos, sobre as impressões sensíveis, cujas características fundamentais não são decorrentes da coisa-em-si (essência), mas imprimidas sobre elas por meio das categorias da razão. Por isso, transcendentais, visto que o conhecimento possível toma forma no âmbito da mente humana, da própria razão.

Conhece-se por idealismo crítico a filosofia kantiana, primeiro por sua atitude de indagar os limites da razão, da moral e do juízo estético, bem como por expor a metafísica especulativa (ontologia) como um tipo de saber incapaz de alcançar conhecimentos válidos (DELEUZE, 1963). Seu postulado fundamental, que mais adiante também seria o mais questionado, é o de que o mundo cognoscível e a realidade objetiva não se confundem, na medida em que à razão só é permitido alcançar o plano do fenômeno, das experiências sensíveis (KANT, 2001).

Marxismo

No cerne da tradição de pensamento que se desenvolveu sobre e ao redor do trabalho de Karl Marx (2013), o *marxismo*, se encontra o memorável, talvez ainda inigualado, esforço de análise da sociedade burguesa em *O Capital*. Esse inacabado estudo se firma numa crítica do sistema de pensamento da economia política clássica — demonstrando que o liberalismo econômico não seria capaz de produzir os efeitos sociais previstos por seus propositores —, bem como do capitalismo em si, enquanto um modo de produção firmado sobre a exploração do trabalho.

A principal contribuição do marxismo para a pesquisa crítica estaria no método, o materialismo histórico-dialético. A partir deste seria possível conhecer e expor a causa primeira dos fenômenos, como relações sociais concretas que, em última instância, remeteriam aos arranjos coletivos de produção e distribuição de valor (YAMAMOTO, 1994). A crítica marxista busca revelar a raiz material, concreta, dos fenômenos. Não como um materialismo vulgar, pois que o que se entende por concreto remete à instância subjetiva das interações sociais assumidas pelas pessoas para assegurar seus meios de sobrevivência (KOSIC, 2002).

Teoria Crítica

Tomando como ponto de apoio uma reflexão sobre a condição da ciência tradicional e de suas teorias como continuidade do processo milenar de segregação entre esclarecidos e ignorantes, Max Horkheimer (2003) vai sugerir a necessidade de uma *teoria crítica*. Seriam dois princípios fundamentais a serem perseguidos, a *crítica* de todo o conhecimento formatado sob a égide do modo de produção capitalista e de suas instituições educacionais e políticas, bem como a perseguição do objetivo da emancipação.

Essa reflexão remonta à década de 1930 no contexto do Instituto para a Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt. Então sob a liderança de Max Horkheimer, se viu surgir ali um fecundo grupo de pensadores que buscaram costurar as contribuições de Marx, Freud, Weber, Nietzsche, como intuito de tecer uma teoria verdadeiramente emancipatória (MATOS, 2001). A partir da *Escola de Frankfurt*, emergiram intelectuais com um vasto rol de interesses, como Theodor Adorno, Ernest Bloch, Erich Fromm, Jürgen Habermas, entre outros.

Talvez uma constante que una os trabalhos da Escola de Frankfurt, ao menos no que se refere à primeira geração, é a integração dos princípios da psicanálise ao marxismo. A ideia de que as pulsões do *id* são refreadas e moldadas pelo *superego*, cuja constituição se dá por meio da assimilação conflituosa de normas necessárias para integração à vida social, resultando na subjetividade fragmentada do *ego*, funcionou como porta de entrada e alicerce para uma renovação do materialismo histórico-dialético. A partir daí foi possível desvelar as dimensões subjetivas — psíquicas, simbólicas, emocionais, familiares, artísticas — da opressão na sociedade industrial, da ideologia e do *modus operandi* do capital (MATOS, 2001).

Pós-Modernismo

O que se compreende como crítica *pós-moderna* refere-se ao esforço difuso, iniciado no campo das artes e que rapidamente foi assimilado pelas ciências sociais, de passar em revista o projeto intelectual iluminista e a ideia de modernidade (JAMESON, 2000). O movimento pós-modernista se caracterizou por contestar as noções de verdade, razão, identidade, objetividade, progresso e, sobretudo, os sistemas totalizantes de explicação da realidade social, as assim chamadas *grandes narrativas*. Tudo isso em busca da subjetividade humana que teria sido abandonada pelas correntes de pensamento então dominantes.

Embora não tenha sido um dos pioneiros, talvez sequer tenha feito parte das primeiras gerações do pós-modernismo em ciências sociais, Michel Foucault é

largamente reconhecido como uma de suas mais importantes referências. Entre os muitos conceitos inoxidáveis que propôs, a ideia de que até mesmo política de Estado se faz no dia a dia, entre gestos, conversas e compromissos no nível da interlocução pessoal — a “microfísica do poder” (FOUCAULT, 2001, p. 26) —, representa muito bem esse movimento intelectual. No lugar de vastos sistemas de governo, de estruturas de Estado e da concertação social, estão os indivíduos e suas idiossincrasias.

Tentar identificar um método pós-moderno esbarra no fato de que o movimento não chegou a formar uma escola de pensamento. Talvez a *desconstrução* seja o que mais se aproxime de um recurso de produção de conhecimento. Em uma análise do estruturalismo, Jacques Derrida problematizou os pressupostos, conceitos, arcabouço argumentativo, contexto político etc., *desconstruindo* a narrativa estruturalista para expor seus dogmas e contradições (SANTIAGO, 1976). A desconstrução, que o filósofo relutou em apresentar como um método, é quase sempre abordada de forma negativa, como não-assimilação, não-crítica, não-interpretação, enfim uma ação de releitura, um recurso dinâmico de análise e síntese discursiva.

Realismo crítico

A cruzada pós-moderna contra as grandes narrativas estabeleceu as bases para uma ênfase na percepção, na representação, no identitário, na micro-história, na liquidez da verdade etc., culminando na rejeição da realidade objetiva como categoria válida (HARVEY, 2006). Esse movimento suscitou respostas, tanto a partir de tradições críticas pregressas, como da emergência de novos construtos teóricos, por assim dizer, pós-pós-modernistas. O *realismo crítico* normalmente é relacionado nesse último grupo (LÓPEZ; POTTER, 2005).

Muito embora o termo “realismo crítico” apareça em contextos diversos desde o final do século XIX, é no trabalho de Roy Bhaskar (2016) que ganha seu sentido contemporâneo. Esse autor partiu de uma interpretação da filosofia kantiana, da teoria geral dos sistemas e do empirismo anglo-saxão, para reavivar a ontologia assimilando a crítica transcendental e o subjetivismo. Para tanto, retomou o debate sobre os limites da razão argumentando que, a despeito da realidade em si ser incognoscível, isso não significa que não exista objetivamente.

O realismo crítico bhaskariano parte da premissa de que a realidade, tanto natural como social, é constituída por sistemas complexos, cujos elementos apresentam comportamentos potenciais que podem, ou não, se efetivar em contextos específicos, formando campos probabilísticos de ocorrência. Como a percepção humana é fenomênica, parcial e, portanto, limitada pelo aparato sensorial e pelo alcance de seus instrumentos, não é capaz de apreender

imediatamente os mecanismos subjacentes de funcionamento dos objetos estudados (LÓPEZ; POTTER, 2005).

Dessa forma, Bhaskar (2016) diferencia o campo da ontologia, acerca da existência de uma realidade que é intransitiva e independente do sujeito, da seara epistemológica, esta sim, transitiva e, portanto, contextual e relativista. Em outras palavras, muito embora a realidade seja objetiva, os meios para se conhecer a realidade são sempre subjetivos, sugerindo a necessidade de uma constante crítica de procedimentos, métodos e resultados. No entanto, a crítica dos limites da razão não pode ser confundida com uma negação da realidade, e sim utilizada como baliza de reflexão sobre a necessidade da contínua construção de saber.

Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais

Partindo de dentro da abordagem pós-moderna, os estudos pós-coloniais performam uma crítica das formas de dominação e opressão simbólica dos povos vítimas da expansão colonial europeia. Assim como o pós-modernismo, os estudos pós-coloniais não compõem uma escola de pensamento homogênea. Reúnem-se sob essa tradição todo um rol de estudos sobre os efeitos culturais, simbólicos, identitários, entre outros, das relações de dominação colonial, com a contribuição de diferentes matrizes epistemológicas (YOUNG, 2016).

A principal premissa é a de que a condição pós-colonial, em uma nação periférica, resulta na sobrevivência de dispositivos culturais e simbólicos talhados pelas relações de subsunção e dominação objetivas outrora vivenciadas (FANON, 2008). Tratar-se-ia de um tipo de continuidade subjetiva da condição subalterna, que induziria um estado particular de soberania imperfeita resultante da herança da exploração colonial (YOUNG, 2016). Assim, pós-colonialismo seria a teoria-ação de problematizar e se opor à essa condição, construída a partir da perspectiva das vítimas.

Paralelamente, vem sendo gestada uma proposta crítica latino-americana, a partir e com os pensadores subalternizados, para a diversidade de contribuições teóricas e pesquisas científicas sobre as diversas formas de colonialidade do poder e suas premissas epistêmicas (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019). Tanto a designação *descolonial* quanto decolonial aparecem atribuídas à tentativa de proscrever estruturas de dominação e exploração objetivas (MIGNOLO, 2017), bem como expor mecanismos de poder herdados do colonialismo que constitui o sistema-mundo moderno-capitalista em sua expansão global, o qual perpetua a colonialidade não apenas subjetivamente, mas sob formas materiais escamoteadas. Esta última, cunhada por Aníbal Quijano (1992), representa a lógica subjacente à inauguração e continuidade de processos civilizatórios regidos pelo ocidente desde o Renascimento.

De um lado está a colonização do saber, fruto da longa marcha da colonialidade, de outro ações, momentos e eventos para reações político-epistêmicas que possuem como principais designações: projeto decolonial, decolonialidade e giro decolonial. (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GOSFOGUEL, 2020). Em sentido amplo, *qual é*, então, a distinção entre os termos *colonialidade* e *colonialismo*? Enquanto este último diz respeito à relação política e econômica, soberania dos estados-nações e se configura pela dominação direta e violenta de um país sobre outro, que persiste em vários níveis, a *colonialidade* representa uma norma de poder moderno e permanente, constituída a partir das cicatrizes (concretas, objetivas) deixadas pela colonização do continente americano (WALSH, 2012).

Interseccionalidade

A interseccionalidade é, antes de tudo, uma ferramenta analítica, uma forma de investigação crítica. Algumas das principais referências são as pensadoras afro-estadunidenses Kimberlé Crenshaw (2002) e Patricia Hill Collins (2019; 2021), assim como a intelectual afro-brasileira Carla Akotirene (2018). De natureza heterogênea, engendra um processo de construção tanto de investigação científica quanto de práxis individual, política e social crítica, de natureza contestatória e emancipatória.

O conceito de interseccionalidade passou a ser mais amplamente difundido a partir de 2001, em decorrência da IIIª Conferência Mundial de Combate ao Racismo realizada em Durban, África do Sul. A interseccionalidade, dada uma determinada sociedade, considerando seu contexto e historicidade, permite desvelar relações de poder que se sustentam a partir de categorias, ou seja, eixos de subordinação, cruzados ou sobrepostos que funcionam de modo a criar, manter e aprofundar desigualdades, a exemplo da raça, classe, gênero, nacionalidade, cidadania, orientação sexual, capacidade, idade, dentre outros (KRENSHAW, 2002).

Pode ser utilizada para analisar uma ampla gama de objetos de pesquisa, seja no âmbito organizacional ou de fenômenos sociais, de modo a evidenciar como funcionam e se interconectam, em cada um deles, as relações interseccionais de poder. A interseccionalidade propicia uma análise capaz de explicar como essas categorias geram posições diferenciadas para cada indivíduo ou grupos sociais, a exemplo de privilégios e opressões presentes no objeto em questão (AKOTIRENE, 2018). Levando em consideração que as diferenças recaem de maneiras distintas sobre os grupos sociais e que os sistemas de poder se interligam, quem conduz uma investigação científica se torna capaz de sofisticar a

análise, expondo assim, um complexo intrincado de relações que produzem desigualdades (COLLINS; BILGE, 2021).

O que significa utilizar a interseccionalidade como ferramenta analítica? Significa obter entendimento de fenômenos sociais tendo em vista experiências e lutas de indivíduos e comunidades em situação de privação de direitos, bem como unir prática e teoria para fortalecer a crítica, sempre visando compreender melhor a realidade. Portanto, além de uma ferramenta analítica, oportuna para pesquisas que se interessem por relações de poder e desigualdades sociais, a interseccionalidade funciona como um (contra)dispositivo para o empoderamento humano (AKOTIRENE, 2018. COLLINS, 2019).

Adotar uma perspectiva interseccional crítica, portanto, implica em se comprometer com a emancipação e a justiça social. Além de vislumbrar as inter-relações entre investigação e práxis, fomentar novas questões e áreas de pesquisa, a análise interseccional é útil para abordar fenômenos em perspectiva internacional, a exemplo de questões que envolvam direitos humanos, reprodutivos, a mídia digital, o engajamento público em questões globais e políticas públicas a partir de diferentes racionalidades (COLLINS; BILGE, 2021).

As muitas camadas da crítica

As diferenças epistemológicas dessas tradições de pensamento são tantas, tão profundas, que o diálogo entre elas, embora não seja impossível nem impensável, se mostra trabalhoso e arriscado. Porém, se observadas suas contribuições com o estreito foco de enfatizar os processos de opressão expostos e analisados, pode-se interpretar cada reflexão como uma dimensão crítica, uma camada a ser vencida com o objetivo da emancipação em seus muitos matizes. Não de forma hierárquica, tampouco necessária, ou sequer determinista.

O idealismo crítico questiona os limites da razão e as possibilidades do conhecimento. Já o marxismo, por sua vez, demonstra que as reflexões da humanidade sobre si mesma são enviesadas pelos seus interesses e necessidades materiais, que engendram formas de exploração e limitam as escolhas individuais. A teoria crítica integra a problemática das motivações subjacentes do ID e do peso dos constrangimentos sociais sobre o EGO, num processo de continuado castração e sofrimento. O pensamento pós-moderno, por sua vez, relembra da necessária humildade de que talvez não seja possível única teoria explicar tudo e que a redução das individualidades à pretensas constantes estruturais é igualmente alienante.

O realismo crítico integra as perspectivas coletivista e voluntarista, oferecendo um sistema de pensamento onde não há uma primazia clara,

necessária, na relação entre agência e estrutura. Os estudos pós-coloniais e decoloniais, por sua vez, demonstram que aspectos subjetivos e objetivos da vida social dos países periféricos continuam sob a égide das nações centrais do capitalismo, em processos de extensão do colonialismo europeu. E a crítica interseccional se propõe a identificar instâncias cruzadas, complexamente entrelaçadas em um amplo espectro relacional, de subordinação e de exercício do poder que perpetram e reproduzem desigualdades.

Portanto, a crítica é uma ação humana intencional e racional, que combina esforço intelectual — analítico, dialético, desconstrutivo, interseccional, entre outros — com o engajamento social e político para o enfrentamento sistemático das formas de opressão. Pode-se concluir, não sem um certo grau de ousadia, que é uma prática teleológica, que nega a neutralidade axiológica da ciência, integrando a finalidade e o estar-no-mundo do ator não como viés, mas como plataforma de transformação social e emancipação.

A pesquisa crítica não é, portanto, meramente uma negação peremptória de outros saberes ou a rejeição dos fenômenos e processos analisados.

De fato, uma atitude que se pretende crítica, segundo a lógica do que foi exposto até aqui, se pauta numa reflexão aprofundada com o objetivo de revelar as diversas camadas de preconceitos e premissas subjacentes que encobrem tanto fenômenos e processos sociais, como os vieses do entendimento tradicional sobre a realidade. Os instrumentos para essa empresa são de duas categorias, a constante dúvida e os métodos alternativos de ciência, por assim dizer, não-positivos.



4. Por uma pesquisa emancipatória


Chega-se à essa seção final com uma percepção de que existem ao menos duas críticas, uma que é julgamento de valor estético, e outra que aqui se referirá como científica. Essa segunda, a que se enfatiza no presente capítulo, se vale de diferentes epistemologias e ontologias para alcançar primeiro um objetivo intermediário, a crítica da ciência tradicional positiva, assim como um objetivo principal, a emancipação. Isso porque, mesmo diante dos muitos avanços da razão, persistem formas ancestrais e modernas de opressão, algumas até derivadas daquele tipo de ciência que insiste em abdicar da reflexão crítica.

O chamado ideal da racionalidade científica, de conhecer o mundo para transformá-lo, de certa maneira se realizou e se realiza todos os dias. Tamanho é o efeito do modo de vida ocidental e de suas intervenções na natureza, que a exaustão dos ecossistemas por conta da poluição, aquecimento global e outras

ações humanas, são um problema aparentemente incontornável e de dimensão constrangedora (MOORE, 2016). Com a força da razão, a humanidade foi capaz de moldar a terra à sua imagem e semelhança; se a paisagem é desoladora, talvez seja um alerta.

Da mesma forma, a ciência social inspirou mudanças profundas e radicais na maneira pela qual as pessoas se relacionam. Os resultados concretos, porém, variaram entre o horror do Holocausto e a partilha da África, dos Gulag na Sibéria à escravidão contemporânea no Brasil. No século XX, a humanidade colocou em prática as utopias modernas e as mais belas formulações iluministas, dentre elas o liberalismo econômico, o socialismo e a democracia representativa, com resultados dúbios, se não trágicos (HOBBSAWM, 2015).

Pode-se afirmar que a ciência deveria sempre perseguir a crítica tal como foi aqui formulada, como emancipação. No entanto, definir *a priori* um princípio teleológico necessário para qualquer processo social quase sempre é um convite à desilusão.



A ciência concreta existe como um conjunto de possibilidades, cujos processos e usos se prestam aos mais diversos fins, da liberdade à opressão, do deslumbramento à guerra. Mas, há de fato um potencial emancipatório na ciência, cuja materialização depende da constante contribuição da crítica.

Esse é o chamado deste capítulo. Que se produza conhecimento não como mera ocupação mecânica de especialistas. Que se faça ciência não com o objetivo de reforçar e reproduzir as instituições opressoras que se afirmam inexoráveis. Que se encontre o delicado espírito da crítica, capaz de demolir ruínas ancestrais para construir o novo, que não se cala diante da mais naturalizada forma de opressão. Enfim, que o verdadeiro produto do esforço científico seja, em primeiro lugar e sempre, a emancipação.

Referências

AUDI, R. **The Cambridge dictionary of philosophy**. 3.ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2019.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BHASKAR, R. **Enlightened common sense: the philosophy of critical realism**. London, UK: Routledge, 2016.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2020.

COLLINS, P. H. **Intersectionality as critical social theory**. Durham, NC, US: Duke University Press, 2019.

COLLINS, P. H; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, jul./dez. 2002.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4.ed. São Paulo: Lexikon, 2010.

DELEUZE, G. **A filosofia crítica de Kant**. Tradução Germiniano Franco. Porto, Por.: Edições 70, 1963.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Tradução Raquel Ramallete. 24.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Tradução Adail U. Sobral, Maria S. Gonçalves. 15.ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

HOBBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HORKHEIMER, M. Teoría tradicional y teoría crítica. In: HORKHEIMER, M. **Teoría crítica**. Buenos Aires: Amorrorto, 2003. p. 223-271.

JAMENSON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. Tradução Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Tradução Manuela P. dos Santos, Alexandre F. Morujão. 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KOSIC, K. **Dialética do concreto**. Tradução Célia Neves, Alderico Toríbio. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2002.

LÓPEZ, J.; POTTER, G. (Org.). **After postmodernism: an introduction to critical realism**. London, UK: The Athlone Press, 2005.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Tradução Rubens Enderle. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, O. C. F. **A escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo**. São Paulo: Moderna, 2001.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017.

MOORE, J. W. **Anthropocene or capitalocene? Nature, history, and the crisis of capitalism**. Oakland, Canada: Kairos, 2016.

NIBERT, D. (Org.). **Animal oppression and capitalism**. Santa Babara, California: Praeger, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUINTERO, P; FIGUEIRA, P; ELIZALDE, P. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. São Paulo: MASP Afterall, 2019.

SANTIAGO, S. **Glossário de Derrida**. Rio de Janeiro: F. Alves Ed., 1976.

YAMAMOTO, O. H. **Marx e o método**. São Paulo: Ed. Moraes, 1994.

WALSH, C. Interculturalidad y (de) colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, 2012.

YOUNG, R. J. **Postcolonialism: an historical introduction**. Chichester, West Susex, UK: John Wiley & Sons, 2016.

Como citar este texto:

CRISTALDO, R. C.; SIMÕES, P. É. M. **O chamado da pesquisa crítica**. In: ALVAREZ, G.; NASCIMENTO, I. R. T. do (org.). **Onde os “monstros” não têm vez**: Desmistificando ciência e pesquisa por caminhos de possibilidades. Juazeiro do Norte: PRPI/UFCA, 2021. *Ebook*. p. 34-47. ISBN 978-65-88329-24-5. Disponível em: <http://ebooks.ufca.edu.br/catalogo>.

Lázaro Almeida Galvão
Capa e Diagramação

Guineverre Alvarez
Ives Romero Tavares do Nascimento
Revisão de texto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

A474o	<p>Alvarez, Guineverre.</p> <p>Onde os “monstros” não têm vez: desmistificando ciência e pesquisa por caminhos de possibilidades/ Guineverre Alvarez; Ives Romero Tavares do Nascimento. – Juazeiro do Norte, 2021.</p> <p>140 f. il. color. 30 cm. E-pub. ISBN 978-65-88329-24-5</p> <p>Universidade Federal do Cariri, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação - PRPI, Juazeiro do Norte, 2021.</p> <p>1. Iniciação científica. 2. Tipos de pesquisa. 3. Divulgação científica. 4. Estudo e escrita. 5. Universo acadêmico. I. Nascimento, Ives Romero Tavares do. II. Título.</p> <p>CDD 001.4</p>
-------	--

Bibliotecário: João Bosco Dumont do Nascimento – CRB 3/1355

Os comentários e ideias expressos pelos autores dos textos que compõem esta obra não traduzem, necessariamente, a opinião dos organizadores. Esta obra e seu conteúdo podem ser reproduzidos, desde que citada a fonte.

Como referenciar este e-book:

ABNT

ALVAREZ, G.; NASCIMENTO, I. R. T. do (org.). **Onde os “monstros” não têm vez:** Desmistificando ciência e pesquisa por caminhos de possibilidades. Juazeiro do Norte: PRPI/UFCA, 2021. E-book (140 p.). ISBN 978-65-88329-24-5. Disponível em: <http://ebooks.ufca.edu.br/catalogo>.

APA

Alvarez, G., & Nascimento, I. R. T. do (Orgs.). (2021). **Onde os “monstros” não têm vez:** Desmistificando ciência e pesquisa por caminhos de possibilidades. PRPI/UFCA. ISBN 978-65-88329-24-5. <http://ebooks.ufca.edu.br/catalogo>.